

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. 13971/000.248/92-91

NCA

Sessão de 18 de outubro de 1994

ACORDAO Nº. 102-29.430

RECURSO Nº. : 76.776 - IRF - ANO de 1991

RECORRENTE : PLASVALE - INDUSTRIA DE PLASTICOS VALE LTDA

RECORRIDA : DRF - JOINVILLE - SC

IRF - Discussão acerca da alegada inconstitucionalidade da lei - não cabimento da apreciação sobre inconstitucionalidade arguida na esfera administrativa. Incompetência dos agentes da administração para apreciação da matéria. Imposto sobre o lucro líquido - lucros apurados em períodos-base encerrados a partir de 01/01/89 - a tributação na fonte sobre os lucros correspondentes a períodos-base encerrados a partir de 1º de janeiro de 1989 sujeita-se às regras previstas na legislação tributária, nos termos, principalmente, das disposições contidas nas leis Ns 7.713/88, 7.799/89, 7.959/89 e demais atos legais (por exemplo: IN da SRF Nº 139/89) pertinentes à matéria. Mantém-se, conseqüentemente, o procedimento do fisco que, ao seu final, constitui crédito tributário cuja materialidade funda-se exclusivamente na lei. Recurso Improvido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por PLASVALE - INDUSTRIA DE PLASTICOS VALE LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1994

CARLOS EMANUEL DOS SANTOS FAIVA

- PRESIDENTE

FRANCISCO DE PAULA CORREA CARNEIRO GIFFONI - RELATOR

VISTO EM
SESSÃO DE:

FRANCISCO TARGINO DA ROCHA NETO

- PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

28 ABR 1995

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: Waldevan Alves de Oliveira, Ursula Hansen, Maria Clélia de Andrade Figueiredo e Júlio César Gomes da Silva. Ausente justificadamente o Conselheiro José Carlos Passuello.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO No. 13971/000.248/92-91

RECURSO No.: 76.776

ACORDAO No.: 102-29.430

RECORRENTE : PLASVALE - INDUSTRIA DE PLASTICOS VALE LTDA.

R E L A T O R I O

PLASVALE - INDUSTRIA DE PLASTICOS VALE LTDA, jurisdicionada pela Delegacia da Receita Federal em Joinville - SC, foi notificada da à fl. 04, do valor do crédito tributário no total de 107.958,81 UFIR, referente a período base ocorrido de janeiro a junho de 1992.

Inconformada, a interessada impugna, tempestiva, o lançamento, alegando em síntese:

- que no Termo de encerramento da ação fiscal a fiscalização confunde a contribuinte ao descrever os valores devidos à União;
- que face a atual crise financeira geral, a impugnante viu-se forçada a efetuar o recolhimento em atraso de algumas obrigações tributárias que pretende negociar e obter seus parcelamentos;
- que o fiscal autuante demonstra excesso de zelo, já que houve prorrogação de recolhimento dos impostos e contribuições com vencimentos no mesmo mes, dos municípios declarados em calamidade pública e mesmo assim o contribuinte se vê obrigado a tomar ciência do auto de infração, anulável por esse feito é, ainda impeditivo de recolhimento regular de parte da infração autuada por achar-se sob fiscalização.

Requer afinal, o cancelamento do auto de infração.

Consta da decisão singular à fls. 13/15, em síntese:

- que a impugnante não contestou sua inadimplência para com a Fazenda Nacional, vez que reconhece o recolhimento com atraso de suas obrigações tributárias;

Q.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. 13971/000.248/92-91

ACORDAO Nº. 102.29.430

- o pedido de redução de juros de mora em 1%, em relação aos fatos geradores ocorridos na segunda quinzena dos meses de maio e junho concedido pelo Sr. Ministro da Economia quanto a prorrogação do prazo de pagamento das obrigações deferida aos municípios atingidos por calamidade pública, deve ser concedido em face da proposição do servidor autuante;

- quanto a alegação de o contribuinte ser confundido em razão de conversão de valores em UFIR, em momento algum o requerente foi prejudicado visto que não ocorreu o agravamento da exigência, a UFIR destina-se não somente à atualização monetária do crédito tributário, conforme determinação legal;

- não cabe a discussão sobre a perda da espontaneidade a partir da ciência do primeiro ato escrito de servidor competente, tal matéria não pode ser discutida no âmbito administrativo pois trata-se de determinação legal contida no art. 7, parágrafo único do Decreto Nº 70.235/72, conclui por julgar procedente o lançamento.

Ciente da decisão de primeira instância, a impugnante apresentou recurso voluntário a este Conselho de Contribuintes, através da petição de fls. 20/21.

Recurso lido na íntegra em sessão.

E o relatório.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO No. 13971/000.248/92-91

ACORDAO No. 102.29.430

V O I O

Conselheiro Francisco de Paula Correa Carneiro Giffoni - Relator.

Conheceu-se do recurso porquanto preencheu os requisitos de lei.

Em verdade, tratam estes autos da incidência da Lei No 7.713/88 e em especial o seu art. 35, o impropriamente chamado "Imposto Sobre o Lucro Líquido."

A contribuinte, em ambas as fases do processo fiscal, insurge-se contra esta incidência, alegando "verbis":

"Preliminarmente, a exação em comento, não tem existência legal, de que a Defendente, dentro da previsão legal (Lei No 7.713/88), deixou de recolhê-lo, tendo em vista ter compensado o lucro obtido no Exercício de 1990, ano base de 1989, com o prejuízo existente no Exercício de 1989, ano base de 1988.

Mesmo que não seja admitida a forma com que foi efetivada a compensação do prejuízo, a exação em comento é inexigível, pois, além de malferir a Constituição Federal, afronta também, o Código Tributário Nacional e diverge tanto da doutrina quanto da jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais.

Com efeito, é inconstitucional, na medida, em que, apoiada no art. 35 da Lei No 7.713/88, viola o princípio da hierarquia de leis.

A Lei No 7.713/88, criou novas hipóteses de fato gerador do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, alterando disposição contida em lei complementar, pois, assim fazendo, usurpou competência reservada pela Carta Magna, ao Código Tributário Nacional.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO No. 13971/000.248/92-91

ACORDAO No. 102.29.430

Com efeito, estabelecendo o art. 35 da lei No 7.713/88, que os lucros das pessoas jurídicas, ainda não distribuídos, sofrerão tributação na fonte pelo Imposto de Renda, viola o disposto no art. 43 do Código Tributário Nacional (lei No 5.172/66), posto que cria nova hipótese de fato gerador, diversa dos previstos em textos de maior hierarquia.

Assim estabelecendo o texto - art. 35 da lei No 7.713/88 - violentou o princípio da hierarquia das leis, constitucionalmente estabelecido no art. 59 "Lex Maior".

Igualmente, o fundamento em que se baseia o auto ora contrariado, afasta-se do entendimento de doutrinadores renomados, dentre os quais destacamos o ensinamento de Paulo Barros Carvalho, "in verbis":

"Não há competência para instituição de imposto de renda presumida, provável ou hipotética. Nem a lei pode ser interpretada como criando essa hipótese de incidência, nem o princípio da capacidade contributiva contido nas dobras da isonomia, o consentiria." (in revista de Direito Tributário No 34, página 375).

Da mesma forma, Ricardo Mariz de Oliveira, em sua obra "Guia IOB, de Imposto de Renda - Pessoa Jurídica - Suplemento de Comentários - Jurisprudência e Atos Administrativos - caderno 12/1988 - no art. "A Nova Sistemática de Tributação dos Lucros Distribuídos" à página 2, diz:

"Uma primeira observação crítica quanto aos aspectos jurídicos é que a tributação de 8% contraria o art. 43 do CTN, segundo o qual o IR somente pode incidir quando haja disponibilidade econômica ou jurídica de renda. Ora, o lucro não distribuído efetivamente não está na disponibilidade dos sócios efetivamente, acionistas ou titulares da firma individual, de sorte que não ocorre o pressuposto material necessário à cobrança do IR sobre distribuição de lucro."

Na verdade, a tributação do art. 35 repousa na ficção de renda distribuída, o que é inconstitucional.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. 13971/000.248/92-91

ACORDAO Nº. 102.29.430

Por derradeiro, a exigência que ora está sendo feita à Defendente, está distante do entendimento esposado pelo R. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, por maioria de votos do seu Pleno, no julgamento do AI na AMS 91.04.04947-0/RS, deixou consignado:

"Constitucional. Tributário. Art. 35 da Lei Nº 7.713/88. Questão Preliminar desacolhida, eis que figurada a hipótese de inconstitucionalidade. Violação ao princípio da hierarquia das leis, constitucionalmente assegurado. Criação de novas hipóteses de fato gerador do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, por via de lei ordinária, com alteração de disposição contida em lei complementar.

1 - Reconhecido ser, o Código Tributário Nacional, lei ordinária, mas com força de lei complementar, configura-se a hipótese de inconstitucionalidade e não legalidade, já que usurpada competência reservada pelo texto maior àquele diploma. Precedentes do extinto Tribunal Federal de Recursos no julgamento da AMS 89.825 - e do Colendo Supremo Tribunal Federal de Recursos na apreciação do RE 101.084/PR.

2 - Questão preliminar que, por maioria, é rejeitada.

3 - Estabelecendo, o art. 35 da Lei Nº 7.713/88, que os lucros das pessoas jurídicas, ainda não distribuídos, sofrerão tributação na fonte pelo Imposto de Renda, viola o disposto no art. 43 do Código Tributário Nacional (lei Nº 5.172/66), posto que cria nova hipótese de fato gerador, diversa das previstas em texto de maior hierarquia.

4 - Assim estabelecendo, o texto - art. 35 da Lei Nº 7.713/88 - violentou o princípio da hierarquia das leis, constitucionalmente estabelecido no art. 59 da Lei Maior.

5 - Arguição acolhida quanto ao mérito, após a rejeição da prefacial." (Repertório IOB de Jurisprudência, Nº 20/92, pág in 356 - DJU II - 16/09/922 - página 28.541).



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. 13971/000.248/92-91

ACORDÃO Nº. 102.29.430

O juiz Teori Albino Zavascki, em seu voto, assim se manifestou:

"Parece-me claro que, enquanto não forem distribuídos os lucros, embora já apurados, continuam, pertencendo à pessoa jurídica, que poderá dar-lhes outra destinação que não de integrá-los ao patrimônio do sócio. Portanto, se os lucros não pertencem ao sócio e se sua apropriação por parte deles é um fato futuro e incerto, não há como imaginar-se disponibilidade para efeito de imposição fiscal." (Repertório IOB de Jurisprudência Nº 20/92 - página 3576 - DJU II, p/ 28.541).

Ainda recentemente, em data de 18/11/92, o mesmo Tribunal, por acórdão unânime de sua 3ª Turma, no julgamento do Processo Nº 92.04.13152-7/RS, expediu a seguinte ementa:

"A inconstitucionalidade do art. 35 da Lei Nº 7.713/88, importa em que é indevida a tributação dos acionistas pelo lucro líquido não distribuído." (BJA - Nº 05/93 - pag. 89 - verbete 139.210).
"

De todo o exposto, está claramente evidenciado que a exigência estabelecida no Auto de Infração ora impugnado, não tem qualquer razão de ser, merecendo, portanto a total IMPROCEDENCIA."

Em seu decísium, a nosso ver com a acuidade necessária para tratar de matéria tão controvertida, assim fundamentou sua decisão a autoridade ora recorrida, "verbis":

"Regularmente intimado do crédito tributário consubstanciado no Auto de Infração que se vê às fls. 29 - IRF/LUCRO LIQUIDO, o sujeito passivo apresentou, em 30/10/92, através de seu procurador, DR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA, a peça impugnatória que se vê às fls. 31/34, alinhando, em síntese, razões concernentes à legalidade da compensação do lucro obtido no exercício de 1990, ano-base de 1989, com o prejuízo verificado no exercício de 1989, ano-base de 1987 (sic). Além do mais, apresentou tese pertinente à inconstitucionalidade da disposição consubstanciada no artigo 35, da Lei Nº 7.713/88.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. 13971/000.248/92-91

ACORDÃO Nº. 102.29.430

Citou ensinamentos de renomados tributaristas pátrios e trouxe à colação decisão prolatada pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Falando sobre a impugnação, o autor do procedimento exarou cota de fls. 37, nos seguintes termos:

"CONTESTANDO as alegações da reclamante, informo que:

1 - a compensação do prejuízo de um exercício com o lucro de outro na atual circunstância, somente poderia ser feita por via contábil (art. 35, parágrafo 1º, alínea "d" da Lei Nº 7.713 de 22/12/88) e não através do LALUR (compensação fiscal), como efetuou (fls. 15 e 18);

2 - me parece inoportuna a alegação de inconstitucionalidade pois entendo que não foi violado o artigo 43 do CTN.

Não trazendo novidade alguma que pudesse invalidar o feito, apenas e tão somente fazendo alegações e conjecturas sem o necessário suporte legal ou documental, PROPONHO a manutenção integral do lançamento."

ESTE É O RELATÓRIO.

Preliminarmente, cabe destacar que o Parecer Normativo CST Nº 329/70, está assim redigido:

".....
Interativamente tem esta Coordenação se manifestado no sentido de que a arguição de inconstitucionalidade não pode ser oponível na esfera administrativa, por transbordar os limites da sua competência o julgamento da matéria, do ponto de vista constitucional.

Em abono de suas decisões, vale citar-se Ruy Barbosa Nogueira, in "Da interpretação e da aplicação das leis tributárias (1965, pág. 32):

RP.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. 13971/000.248/92-91

ACORDAD Nº. 102.29.430

"Devemos distinguir o exercício da administração ativa, da judicante. No exercício da administração ativa, o funcionário não pode negar aplicação a lei, sob mera alegação de sua inconstitucionalidade, em primeiro lugar porque lhe não cabe a função de julgar, mas de cumprir e, em segundo, porque a sanção presidencial afastou do funcionário de administração ativa o exercício do 'poder executivo'".

A pág. 35, citando Tito Rezende, continua: "E princípio assente, e com muito sólido fundamento lógico, o de que os órgãos administrativos em geral não podem negar aplicação a uma lei ou um decreto, porque lhes pareça inconstitucional. A presunção natural é que o Legislativo, ao estudar o projeto de lei, ou o Executivo, antes de baixar o decreto, tenham examinado a questão da constitucionalidade e chegado à conclusão de não haver choque com a Constituição: só o Poder Judiciário é que não está adstrito a essa presunção e pode examinar novamente aquela questão".

Também, decisões consubstanciadas em Acórdãos do Egrégio Primeiro Conselho de Contribuintes (ao acaso confira os Acórdãos Nos 102-25.945 e 102-26.600, sessões de março e novembro de 1991, respectivamente, ambos da Colenda Segunda Câmara), asseveram:

"INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI - Incompetente a Instância Administrativa para apreciar a inconstitucionalidade de dispositivo da legislação tributária."

No mesmo sentido, é do entendimento do Egrégio Segundo Conselho de Contribuintes:

"INCONSTITUCIONALIDADE - A arguição de inconstitucionalidade não é oponível na esfera administrativa, por transbordar os limites de sua competência a apreciação e julgamento de tal arguição. Recurso negado. (Processo Nº 10950/001.066/91-89; Recurso Nº 88.062; Acórdão Nº 202-04.978; Sessão de 29/04/92; DOU - Seção I, de 05/11/92 - página 15.481)."

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO No. 13971/000.248/92-91

ACORDÃO No. 102.29.430

Ademais, no que pertine ao tema em comento (arguição na esfera administrativa acerca da inconstitucionalidade da legislação tributária/não tributária), cumpre destacar que dispositivo tradicional em nosso direito, sendo norma constitucional desde 1934 (artigo 91, IV), outorga ao Senado Federal competência privativa. Aludido princípio, hoje está contemplado na Constituição Federal de 1988, nos seguintes termos:

"Art. 52 - Compete privativamente ao Senado Federal:
.....

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
....."

A lei tida como inconstitucional por sentença irrecurável do Supremo Tribunal Federal deve ter a sua execução suspensa pelo Senado, na parte em que foi declarada contrária ao ordenamento maior, ou em seu todo, se inconstitucional na sua íntegra. Suspende-se a execução da lei, isto é, retira-se da lei os seus efeitos no mundo jurídico; não se pode aqui falar em revogação, o que só ocorre por processo legislativo.

Não há notícia, até a presente data, de qualquer ato do Senado Federal determinante da suspensão da execução de qualquer dispositivo da legislação tributária/não tributária (artigo 96, da Lei No 5.172/66 - Código Tributário Nacional) a que alude o sujeito passivo, com base em sentença irrecurável prolatada pelo Supremo Tribunal Federal.

Em assim sendo, não há razões plausíveis, no presente caso, capazes de elidir o procedimento fiscal.

Quanto ao mérito, as demais argumentações aduzidas não comportam maiores divagações.

A matéria tributável decorre de expressa disposição legal (artigo 35 da Lei No 7.713/88, com as modificações posteriores), não se conhecendo, até a presente data, qualquer pronunciamento da Suprema Corte acerca do caráter confiscatório do tributo exigido através do Auto de Infração que se vê às fls. 29.

P.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

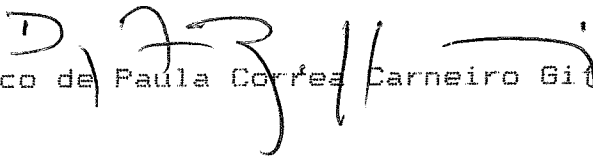
PROCESSO No. 13971/000.248/92-91

ACORDAO No. 102.29.430

Finalmente, no que se refere à decisão prolatada pelo E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sem dúvida alguma, o ilustre patrono da impugnante tem pleno conhecimento das disposições contidas no Decreto No 73.529, de janeiro de 1974."

Este relator nada mais tem a acrescentar a esta fundamentação, que com a devida vênia deve ser considerada parte integrante deste, e encaminho meu voto considerando-se tudo o mais que do processo consta, no sentido de negar provimento ao recurso voluntário.

Brasília - DF, 19 de outubro de 1994.


Francisco de Paula Correa Carneiro Giffoni - Relator